

PMS FMI DE KIN

BIBLIOTECA

Libreria de Bahia

Data 16.01.10.2008

Assinatura 09

Assinatura

Defesa Civil

Conder escora casarões ameaçados de desabar

Falta preservação do patrimônio

LILIAN MACHADO

Dos 76 casarões incluídos na 7ª Etapa de Recuperação do Pelourinho, feita pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), 39 estão com a obra paralisada, 35 estão com a revitalização em andamento e apenas 2 foram totalmente recuperados e entregues para as famílias. O grande número de imóveis do Centro Histórico que estão em ruínas e que ainda não iniciaram a restauração demonstra a ausência de uma cultura de preservação dos bens históricos e arquitetônicos na Bahia. Alguns casarões e sobrados com risco iminente de desabamento apenas foram escorados pela Conder e Defesa Civil (Codesal) e contam com um futuro incerto.

Abandonados pelos seus proprietários, mais de 80 imóveis do Centro Histórico e bairros antigos de Salvador estão em situação de degradação e podem cair a qualquer momento. Imóveis com rachaduras nas paredes, vegetação enraizada e madeiras apodrecidas expõem a população ao perigo, porém a maioria são de propriedade particular e precisam ser desapropriados para sofrer qualquer tipo de intervenção do poder público.

"A nossa cultura ainda não é a de valorização dos bens. Nosso patrimônio é riquíssimo, porém são muitos os imóveis que foram descuidados pelos donos. Há uma situação de vício, onde as pessoas não recuperam os seus imóveis e nem procuram os poderes públicos para ajudá-los", diz o diretor do IPAC, Frederico Mendonça, se referindo a programas como Prodetur e Monumenta, que objetivam o financiamento e a recuperação

dos casarões. Segundo ele, o artigo 23 da Constituição se refere ao patrimônio como algo de competência comum à sociedade, a União, ao Estado e ao município.

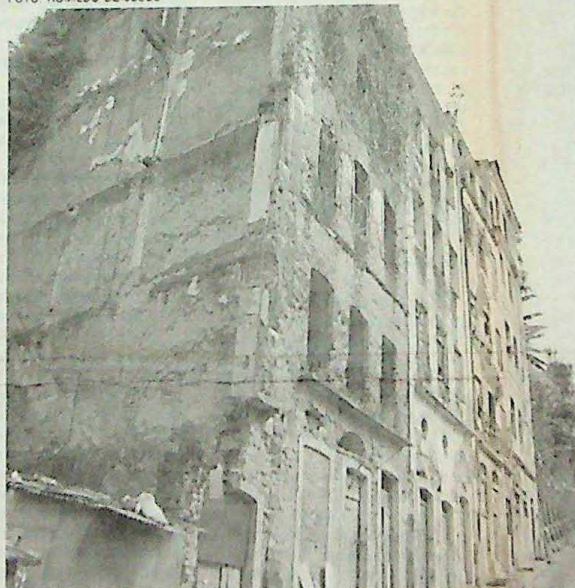
A 7ª Etapa de Recuperação contempla casarões das Ruas Monte Alverne, Saldanha da Gama, Três de Maio, 28 de Setembro, Ladeira da Praça, São Francisco e Guedes de Brito. Além desses locais, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê a reforma de 16 imóveis no Taboão, Ladeira da Misericórdia, Pilar e Ladeira da Montanha. Ao todo estão sendo investidos cerca de R\$ 60 milhões, na reforma de 76 casarões e 7 monumentos.

No entanto, a lentidão no andamento e a paralisação das obras desanimam os moradores das áreas. "Faz tempo que existem esses tapumes em cima dos casarões e não há sinal de começo da obra", reclama a moradora do Taboão, Maria da Conceição Santos, 24 anos.

A assessoria de comunicação da Conder explica que a morosidade nas obras de recuperação do Centro Histórico se deve à fiscalização minuciosa dos órgãos que exigem muito cuidado no processo de restauração, para que não se altere as características originais dos casarões.

O superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-BA), Leonardo Falangola esclarece que a princípio o tombamento não retira a propriedade do bem tombado e que por esse motivo a responsabilidade pela conservação do imóvel continua sendo do proprietário. "Por outro lado, o Iphan chama à atenção para manutenção e orientação para que ele busque instrumentos que possam recuperar o imóvel, como financiamentos por meio de

FOTO: ROMILDO DE JESUS



Moradores temem que novos desabamentos venham a ocorrer

linhas de crédito", explica.

Conforme, Falangola, a obrigação pelo cuidado com os imóveis deve ser compartilhada pela sociedade e pelo poder público. "A Constituição prevê que a preservação dos bens é de responsabilidade das comunidades e dos poderes municipal, estadual e federal.

O Iphan foi um dos órgãos que participaram da FIP- Fiscalização Preventiva e Integrada realizada no Centro Histórico e adjacências no final do ano passado. "O caminho é aquele onde o proprietário recupere, mas as carências são tantas que os poderes acabam intervindo.

Há atualmente parcerias boas que pretendem melhorar essa situação, como o programa Monumenta do Ministério da Cultura - que financia toda a restauração para o dono do patrimônio", afirma.

Segundo o superintendente do Iphan, antes de as obras serem iniciadas elas não só precisam como devem ser estudadas pelo órgão que se responsabiliza pela preservação patrimonial da cidade. "Além disso estar na lei, temos um corpo técnico preparado para conduzir a obra de forma correta", enfatiza.